

DISPOSITIVO DE SUBVERSÃO RACIAL HIP HOP

SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

O TRABALHO COMPREENDE O HIP HOP COMO DISPOSITIVO DE SUBVERSÃO RACIAL E PROPÕE SUA SALVAGUARDA POR MEIO DA PATRIMONIALIZAÇÃO, ARTICULANDO MEMÓRIA, TERRITÓRIO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E JUSTIÇA SOCIOESPACIAL.

INVESTIGAR → IDENTIFICAR → DOCUMENTAR → VALIDAR → PROMOVER → SALVAGUARDAR

O RAP É COMPROMISSO

O rap é compromisso porque carrega memória, denúncia e responsabilidade com a cultura. Esse cuidado orienta a leitura do Hip Hop como linguagem de pertencimento, educação e preservação, fundamentada em experiências negras e periféricas. Em diálogo com Foucault e em contraponto ao dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro, o Hip Hop é lido como dispositivo de subversão racial: Uma rede de saberes, práticas e territórios que disputa memória, identidade e cidade diante do racismo estrutural, do biopoder e do epistemicídio.



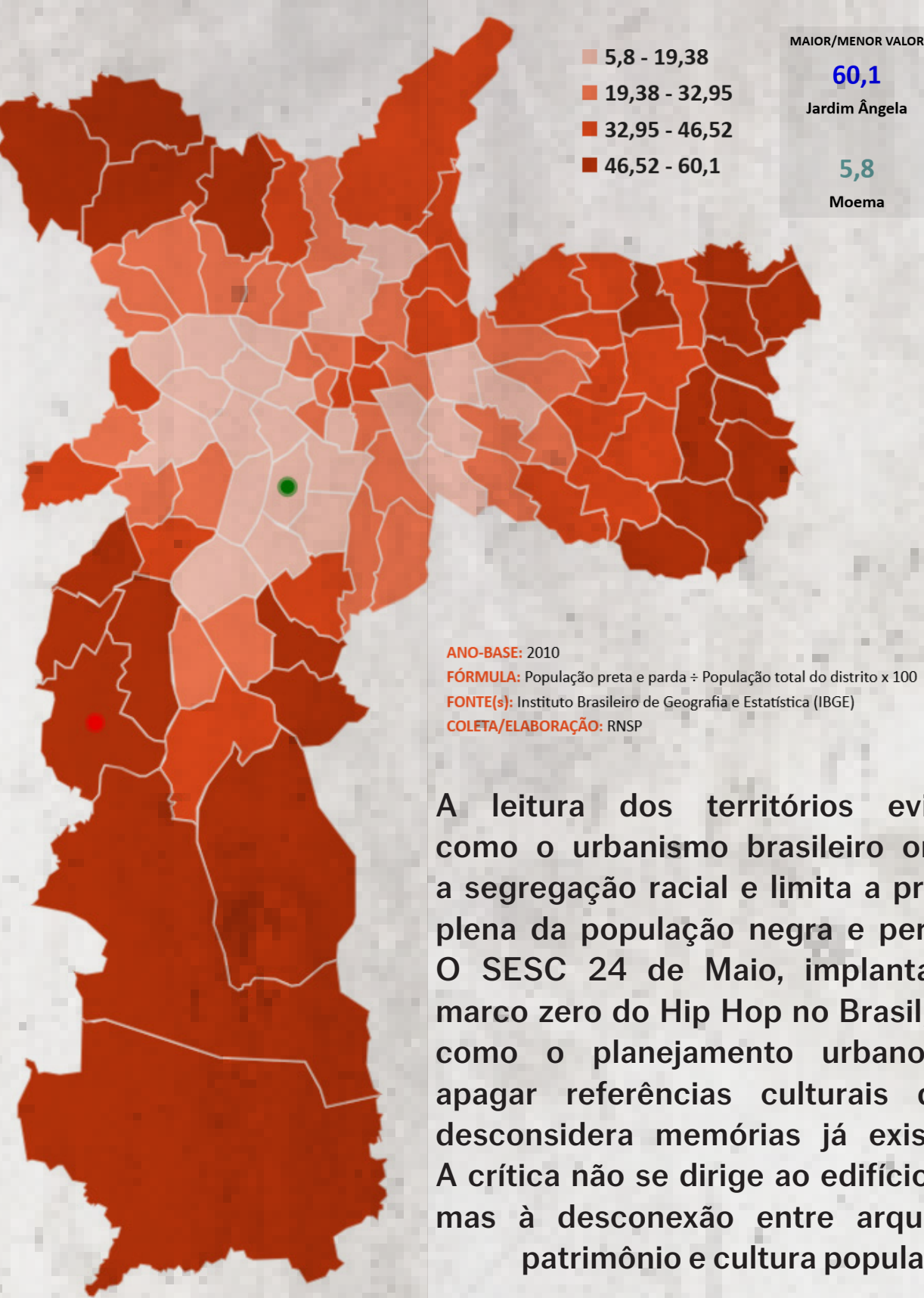
ESTADOS COM RECONHECIMENTO OU LEGISLAÇÃO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO HIP HOP.



TERRITÓRIO E CIDADE

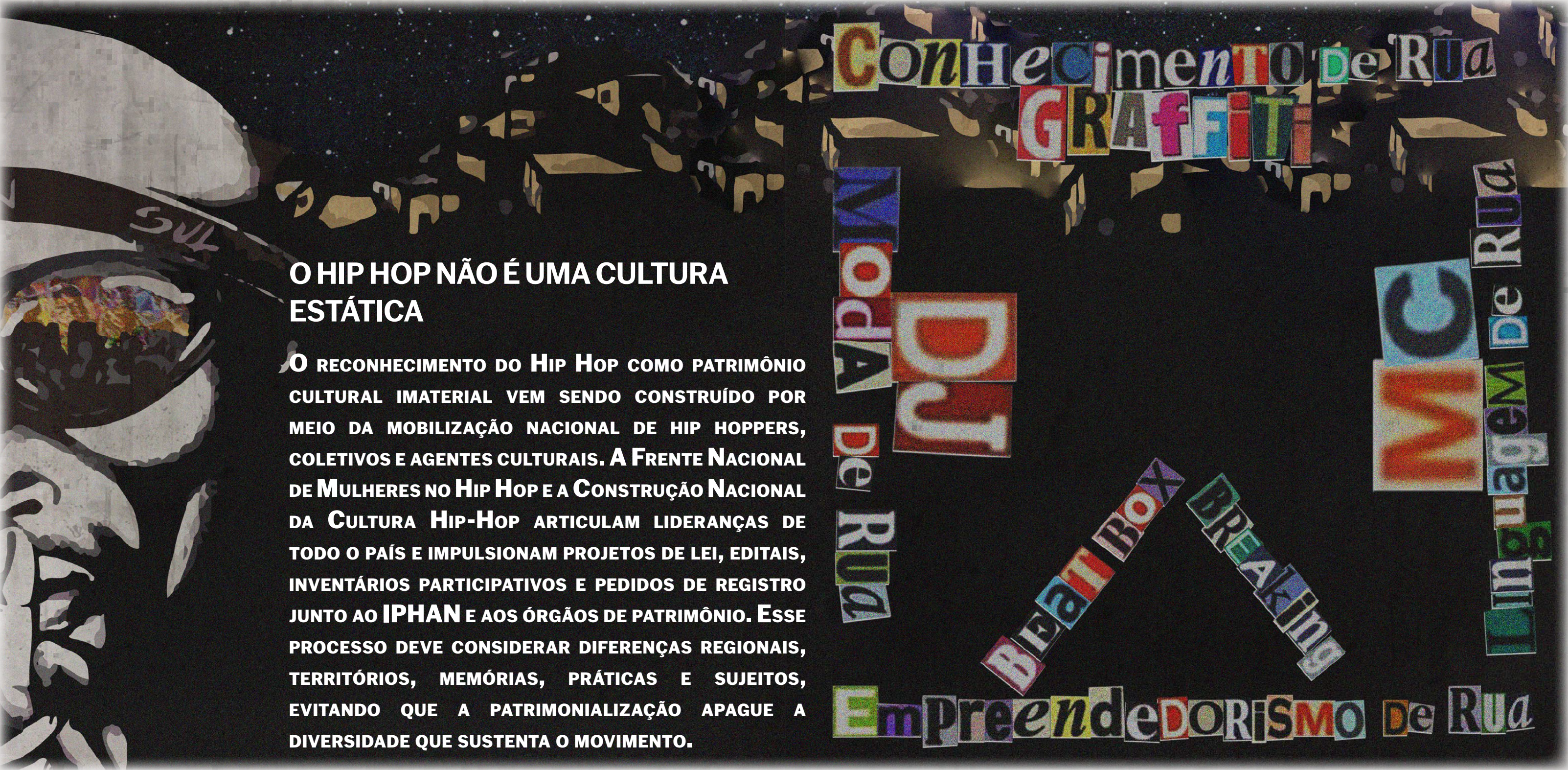
Territórios negros se constituem entre a precarização imposta, a memória e a resistência de populações historicamente marginalizadas. Já os territórios de exclusividade branca operam pela seleção de usos, corpos e narrativas legitimadas pela branquitude. Com Gisele Brito, Pedro Rezende Mendonça e Raquel Rolnik, essa oposição evidencia uma cidade atravessada por disputas raciais de permanência, controle e apagamento. Territórios tornam-se espaços de pertencimento, mas também sofrem apropriação e apagamento. Reconhecê-los como parte da memória urbana é contribuir para a preservação da memória coletiva.

PROPORÇÃO (%) DA POPULAÇÃO PRETA E PARDA, POR DISTRITO



SUSTENTABILIDADE CULTURAL E METODOLOGIA DE SALVAGUARDA

Em diálogo com Henri Acselrad, a sustentabilidade envolve permanência, memória, usos sociais e produção do território, deslocando a discussão de uma leitura restrita à conservação ambiental. A continuidade das práticas culturais depende de instrumentos capazes de reconhecer, registrar e salvar seus modos de existência. No Brasil, o PNPI e o INRC estruturam esse campo. O INRC permite identificar território, comunidade, práticas, referências culturais e sujeitos detentores por meio de pesquisa, escuta, campo e validação coletiva.

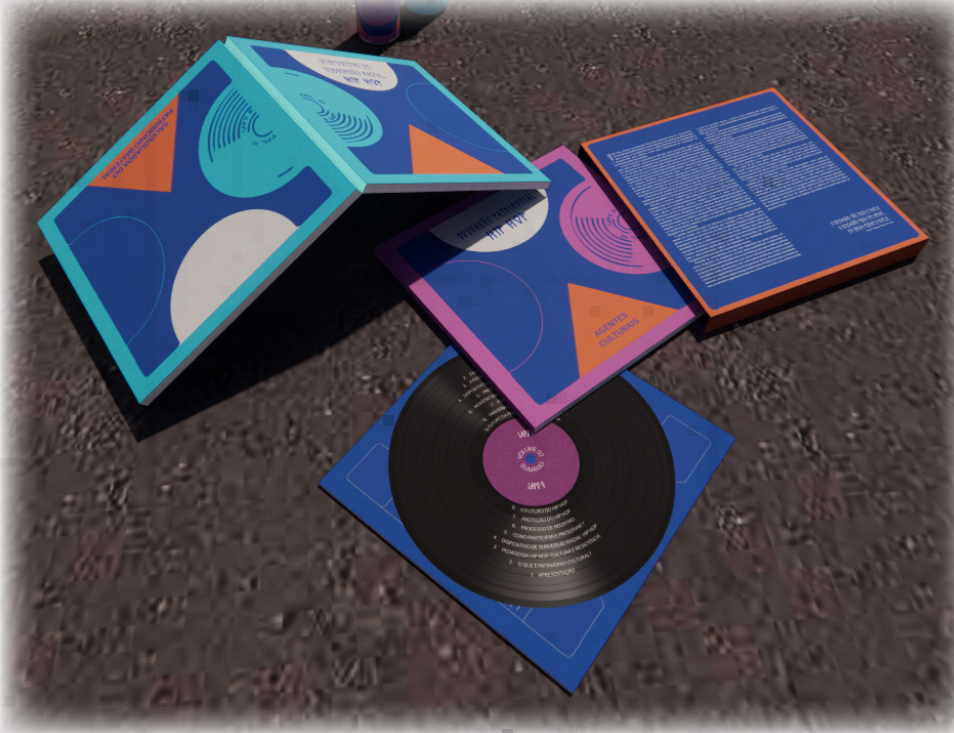


O HIP HOP NÃO É UMA CULTURA ESTÁTICA

O RECONHECIMENTO DO HIP HOP COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL VEM SENDO CONSTRUÍDO POR MEIO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL DE HIP HOPPERS, COLETIVOS E AGENTES CULTURAIS. A FRENTE NACIONAL DE MULHERES NO HIP HOP E A CONSTRUÇÃO NACIONAL DA CULTURA HIP-HOP ARTICULAM LIDERANÇAS DE TODO O PAÍS E IMPULSIONAM PROJETOS DE LEI, EDITAIS, INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS E PEDIDOS DE REGISTRO JUNTO AO IPHAN E AOS ÓRGÃOS DE PATRIMÔNIO. ESSE PROCESSO DEVE CONSIDERAR DIFERENÇAS REGIONAIS, TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS, PRÁTICAS E SUJEITOS, EVITANDO QUE A PATRIMONIALIZAÇÃO APAGUE A DIVERSIDADE QUE SUSTENTA O MOVIMENTO.

PRODUTO FINAL: CADERNO-ÁLBUM

O produto final é um caderno-álbum físico, inspirado na lógica do disco de vinil. Em formato flip/invertido, a leitura exige o giro de 180° do material. O conjunto reúne luva, encarte com os samples da pesquisa, caderno A/B com o desenvolvimento teórico e caderno C/D com as cartilhas de educação patrimonial, que traduzem o método do INRC aplicado ao Hip Hop.



PREMIAÇÃO
CAU/SP

Prêmio de TCC e de Boas Práticas em Arquitetura e Urbanismo

Modalidade TCC

promoção
CAU/SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

organização
ib instituto
de arquitetos
do brasil

Folha nº
1/2